Cláusula 7.ª

Incumprimento das obrigações da Federação

1 — O incumprimento, por parte da Federação, das obrigações abaixo discriminadas implica a suspensão das participações financeiras do IDP:

- a) Das obrigações referidas na cláusula 6.ª do presente contrato-programa;
- b) Das obrigações contratuais constantes de outros contratos-programa celebrados com o IDP em 2006 e ou anos anteriores;
- c) De qualquer obrigação decorrente das normas legais em vigor.

2 — O incumprimento do disposto nas alíneas a), b), c), d) e f) por razões não fundamentadas concede ao IDP o direito de resolução do presente contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do programa de formação de recursos humanos.

3 — Caso a totalidade da participação financeira concedida pelo primeiro outorgante não tenha sido aplicada na execução do Programa de formação de recursos humanos a federação obriga-se a restituir ao IDP os montantes não aplicados e já recebidos.

Cláusula 8.ª

Obrigações do IDP

Compete ao IDP verificar o desenvolvimento do programa de formação de recursos humanos que justificou a celebração do presente contrato-programa, procedendo ao acompanhamento e controlo da sua execução, nos termos previstos no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 432/91, de 6 de Novembro.

Cláusula 9.ª

Revisão do contrato-programa

O presente contrato-programa pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes e em conformidade com o estabelecido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 432/91, de 6 de Novembro.

Cláusula 10.ª

Vigência do contrato

O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo entra em vigor na data da sua assinatura e termina em 30 de Junho de 2007.

Cláusula 11.ª

Disposições finais

1 — Nos termos do n.º 5 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 432/91, de 6 de Novembro, este contrato-programa será publicado na 2.ª série do *Diário da República*.

2 — Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa serão submetidos a arbitragem nos termos da Lei n.º 31/86, de 29 de Agosto.

3 — Da decisão arbitral cabe recurso, de facto e de direito, para o tribunal administrativo de círculo, nele podendo ser reproduzidos todos os meios de prova apresentados na arbitragem.

28 de Março de 2006. — O Presidente da Direcção do Instituto do Desporto de Portugal, *Luís Bettencourt Sardinha*. — O Presidente da Federação Portuguesa de Remo, *António João Rascão Marques*.

ANEXO I

Acções e cursos a desenvolver no âmbito do programa de formação de recursos humanos**Acções de formação/cursos**

- 1 — Seminário para dirigentes desportivos (em colaboração com a APOGESD).
- 2 — Seminário para dirigentes desportivos (em colaboração com a APOGESD).
- 3 — Seminário para dirigentes desportivos (em colaboração com a APOGESD).
- 4 — Seminário para dirigentes desportivos (em colaboração com a APOGESD).
- 5 — Acção de formação para árbitros internacionais.
- 6 — Acção de formação para árbitros internacionais.
- 7 — Exame de árbitro internacional.
- 8 — Curso de árbitros estagiários.
- 9 — *Workshop*/reciclagem para árbitros.
- 10 — *Workshop*/reciclagem para árbitros.
- 11 — Acção de acompanhamento dos relatórios de actividade de treinadores.

12 — Acção de acompanhamento dos relatórios de actividade de treinadores.

13 — Acção de acompanhamento dos relatórios de actividade de treinadores.

14 — Acção de acompanhamento dos relatórios de actividade de treinadores.

15 — Acção de acompanhamento dos relatórios de actividade de treinadores.

16 — Acção de acompanhamento dos relatórios de actividade de treinadores.

17 — Acção de acompanhamento dos relatórios de actividade de treinadores.

18 — Acção de acompanhamento dos relatórios de actividade de treinadores.

19 — Acção de acompanhamento dos relatórios de actividade de treinadores.

20 — Acção de acompanhamento dos relatórios de actividade de treinadores.

21 — Acção de acompanhamento dos relatórios de actividade de treinadores.

22 — Acção de acompanhamento dos relatórios de actividade de treinadores.

23 — Acção de avaliação competências: níveis N1, N2 e N3.

24 — Acção de avaliação competências: níveis N1, N2 e N3.

25 — Acção de avaliação competências: níveis N1, N2 e N3.

26 — Acção de avaliação de treinadores: nível 1 e nível 2.

27 — Curso de treinadores de nível 1, rendimento.

28 — Curso de treinadores de nível 2, bloco 4.

29 — Curso de treinadores de nível 2, bloco 5.

30 — Curso de treinadores de nível 2, bloco 6.

31 — Curso de treinadores de nível 3, bloco 3.

32 — Curso de treinadores de nível 3, bloco 4.

33 — Curso de treinadores de nível 3, bloco 5.

34 — Curso de treinadores de nível 3, bloco 6.

35 — Curso de treinadores de nível 1, remo adaptado.

36 — Acção de formação inicial de treinadores.

37 — Acção de formação inicial de treinadores.

38 — Acção de formação inicial de treinadores.

39 — Acção de formação inicial de treinadores.

40 — Acção de formação inicial de treinadores.

41 — Conferência Nacional de Técnicos de Remo.

42 — Acção de formação avançada para treinadores.

43 — Acção de formação avançada para treinadores.

44 — Seminários e cursos diversos nacionais.

45 — Seminários e cursos diversos nacionais.

46 — Seminários e cursos diversos nacionais.

47 — Seminários e cursos diversos nacionais.

48 — Seminários e cursos diversos nacionais.

49 — Seminários e cursos diversos nacionais.

50 — Seminários e cursos diversos nacionais.

51 — Seminários e cursos diversos nacionais.

52 — Seminários e cursos diversos nacionais.

53 — Seminários e cursos diversos nacionais.

54 — Seminários e cursos diversos nacionais.

55 — Seminários e cursos diversos nacionais.

56 — Seminários e cursos diversos nacionais.

57 — Seminários e cursos diversos nacionais.

58 — Conferência FISA de Remo Sénior.

59 — Conferência FISA de Remo Júnior.

60 — Formação de classificadores FISA.

61 — Conferência VISTA IPC 2006.

Contrato n.º 826/2006**Contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º 141/2006
Programa de Eventos Desportivos Internacionais**

De acordo com os artigos 65.º e 66.º da Lei n.º 30/2004, de 21 de Julho (Lei de Bases do Desporto), no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo e com o regime dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo previsto no Decreto-Lei n.º 432/91, de 6 de Novembro, em conjugação com o disposto no artigo 7.º dos Estatutos do Instituto do Desporto de Portugal, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 96/2003, de 7 de Maio, é celebrado entre:

1) O Instituto do Desporto de Portugal, pessoa colectiva de direito público, com sede na Avenida do Infante Santo, 76, 1399-032 Lisboa, número de identificação de pessoa colectiva 506626466, aqui representado por Luís Bettencourt Sardinha, na qualidade de presidente de direcção, adiante designado por IDP ou primeiro outorgante; e

2) A Federação Nacional de Motociclismo, pessoa colectiva de direito privado, titular do estatuto de utilidade pública desportiva, com sede na Calçada do Marquês de Abrantes, 40, 2.º, direito, 1200-718 Lisboa, número de identificação de pessoa colectiva

502802081, aqui representada por Jorge Pessanha Viegas, na qualidade de presidente, adiante designada por Federação ou segundo outorgante;

um contrato-programa de desenvolvimento desportivo que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.^a

Objecto do contrato

Constitui objecto do presente contrato a concessão de uma participação financeira, a qual se destina à organização pelo segundo outorgante do evento desportivo internacional designado por Campeonato do Mundo de Motocross MX1/MX2, que se realizará em Portugal, em Agueda, nos dias 22 e 23 de Abril de 2006, conforme proposta apresentada pela Federação ao IDP.

Cláusula 2.^a

Período de execução do evento

O prazo de execução do evento objecto de participação financeira ao abrigo do presente contrato termina em 31 de Dezembro de 2006.

Cláusula 3.^a

Comparticipação financeira

1 — Para a organização do evento desportivo referido na cláusula 1.^a supra, com o custo de referência de € 331 400, constante da proposta apresentada pela Federação, é concedida pelo primeiro outorgante ao segundo outorgante uma participação financeira até ao valor de € 150 000, correspondente a 45,26% do referido custo.

2 — Caso o custo efectivo da organização do evento desportivo se revelar inferior ao custo de referência indicado no n.º 1 da presente cláusula, a participação financeira a atribuir ao segundo outorgante será reduzida, aplicando-se ao custo efectivo do evento a percentagem definida no n.º 1 da presente cláusula.

Cláusula 4.^a

Disponibilização da participação financeira

A participação referida no n.º 1 da cláusula 3.^a será disponibilizada da seguinte forma:

a) 50% da participação financeira no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura do presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo, correspondente a € 75 000;

b) O remanescente, até ao valor de € 75 000, no prazo de 30 dias após o cumprimento do disposto na alínea e) da cláusula 5.^a infra e desde que os documentos tenham uma validação técnica e financeira por parte do IDP.

Cláusula 5.^a

Obrigações da Federação

São obrigações da Federação:

a) Realizar o evento a que se reporta o presente contrato, nos termos constantes da proposta apresentada no IDP e de forma a atingir os objectivos nela expressos;

b) Prestar todas as informações bem como apresentar comprovativos da efectiva realização da despesa acerca da execução deste contrato-programa, sempre que solicitados pelo IDP;

c) Apresentar uma listagem com a identificação de todas as entidades que atribuíram participações financeiras para a realização do evento desportivo, assim como dos respectivos montantes concedidos;

d) Criar um centro de custos próprio e exclusivo para a execução do evento desportivo objecto do presente contrato, não podendo nele imputar outros custos e proveitos que não sejam os da execução do evento desportivo, de modo a assegurar-se o acompanhamento da aplicação das verbas confiadas exclusivamente para este fim;

e) Entregar, até 60 dias após a conclusão do evento desportivo, o relatório final, em modelo próprio definido pelo IDP, o balancete analítico por centro de custo antes do apuramento de resultados, o mapa de execução orçamental e os documentos de despesa, legal e fiscalmente aceites, em nome da Federação, que comprovem as despesas relativas à realização do evento desportivo apresentado e objecto do presente contrato;

f) Publicitar, em todos os meios de promoção e divulgação do evento, o apoio do IDP, conforme regras fixadas no manual de normas gráficas.

Cláusula 6.^a

Incumprimento das obrigações da Federação

1 — O incumprimento, por parte da Federação, das obrigações abaixo discriminadas implica a suspensão das participações financeiras do IDP:

a) Das obrigações referidas na cláusula 5.^a do presente contrato-programa;

b) Das obrigações contratuais constantes noutros contratos-programa celebrados com o IDP em 2006 e ou em anos anteriores;

c) De qualquer obrigação decorrente das normas legais em vigor.

2 — O incumprimento do disposto nas alíneas a), b), e), g) e f) da cláusula 5.^a, por razões não fundamentadas, concede ao IDP o direito de resolução do presente contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do evento desportivo objecto deste contrato.

3 — Caso a totalidade da participação financeira concedida pelo primeiro outorgante não tenha sido aplicada na realização do evento desportivo, a Federação obriga-se, desde já, a restituir ao IDP os montantes não aplicados e já recebidos.

Cláusula 7.^a

Obrigações do IDP

É obrigação do IDP verificar o exacto desenvolvimento do evento desportivo que justificou a celebração do presente contrato, procedendo ao acompanhamento e controlo da sua execução, com a observância do disposto no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 432/91, de 6 de Novembro.

Cláusula 8.^a

Revisão do contrato

O presente contrato-programa pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes e em conformidade com o estabelecido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 432/91, de 6 de Novembro.

Cláusula 9.^a

Vigência do contrato

O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo entra em vigor na data da sua assinatura e termina em 30 de Junho de 2007.

Cláusula 10.^a

Disposições finais

1 — Nos termos do n.º 5 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 432/91, de 6 de Novembro, este contrato-programa será publicado na 2.^a série do *Diário da República*.

2 — Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa serão submetidos a arbitragem nos termos da Lei n.º 31/86, de 29 de Agosto.

3 — Da decisão arbitral cabe recurso, de facto e de direito, para o tribunal administrativo de círculo, nele podendo ser reproduzidos todos os meios de prova apresentados na arbitragem.

10 de Maio de 2006. — O Presidente da Direcção do Instituto do Desporto de Portugal, *Luís Bettencourt Sardinha*. — O Presidente da Federação Nacional de Motociclismo, *Jorge Pessanha Viegas*.

Contrato n.º 827/2006

Contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º 142/2006 Programa de eventos desportivos internacionais

De acordo com os artigos 65.º e 66.º da Lei n.º 30/2004, de 21 de Julho (Lei de Bases do Desporto), no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo e com o regime dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo previsto no Decreto-Lei n.º 432/91, de 6 de Novembro, em conjugação com o disposto no artigo 7.º dos Estatutos do Instituto do Desporto de Portugal, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 96/2003, de 7 de Maio, é celebrado entre:

1) O Instituto do Desporto de Portugal, pessoa colectiva de direito público, com sede na Avenida do Infante Santo, 76, 1399-032 Lisboa, número de identificação de pessoa colectiva 506626466, aqui representado por Luís Bettencourt Sardinha, na qualidade de presidente de direcção, adiante designado por IDP ou primeiro outorgante; e

2) A Federação Nacional de Motociclismo, pessoa colectiva de direito privado, titular do estatuto de utilidade pública desportiva, com sede na Calçada do Marquês de Abrantes, 40, 2.º, direito, 1200-718 Lisboa, número de identificação de pessoa colectiva 502802081, aqui representada por Jorge Pessanha Viegas, na qualidade de presidente, adiante designada por Federação ou segundo outorgante;

um contrato-programa de desenvolvimento desportivo que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.^a

Objecto do contrato

Constitui objecto do presente contrato a concessão de uma participação financeira, a qual se destina à organização pelo segundo